

Contributo do BCSD para a Estratégia Nacional de
Conservação da Natureza e Biodiversidade

ENCNB 2025

Lisboa, 29 de setembro de 2017

www.bcsdportugal.org



Índice

1.	Breve enquadramento	3
2.	Apreciação geral.....	3
3.	Aspetos positivos mais relevantes	4
4.	Propostas.....	4
4.1.	Quadro de referência estratégico	4
4.2.	Educação	5
4.3.	EIXO 1 – Melhorar o estado de conservação do património natural.....	5
4.4.	EIXO 2 – Promover o reconhecimento do valor do património natural	6
4.5.	EIXO 3 – Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade	6
4.6.	Financiamento.....	7
4.7.	Governança e Acompanhamento da Aplicação da Estratégia	7
5.	Novas ideias.....	8
6.	Contactos	9



1. Breve enquadramento

No âmbito do processo de consulta pública da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o BCS D promoveu junto dos seus associados um processo de análise e de recolha de contributos de melhoria para os documentos disponibilizados (a ENCNB 2025 e respetivos Anexos).

Este documento constitui o resultado da análise conjunta realizada no âmbito do BCS D sobre a ENCNB 2025. Inclui uma apreciação geral do documento e um conjunto de propostas específicas por Eixo Estratégico e outros capítulos.

2. Apreciação geral

O BCS D congratula a publicação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade - ENCNB 2025, a qual vem atualizar a política nacional nesse domínio, após um período de sete anos, desde que terminou, em 2010, o período de vigência da anterior ENCNB.

Comentários gerais:

- O documento integra um bom quadro político e de referência estratégica, o que vem comprovar a relevância desta Estratégia para o desenvolvimento do país, e faz ressaltar a gravidade da ausência de uma estratégia nacional neste âmbito durante um período de sete anos;
- A ENCNB 2025 integra instrumentos de política e define objetivos especialmente relevantes para a atividade das empresas, assim como estas são essenciais e devem ser encaradas como parte ativa na concretização de uma parte relevante dos instrumentos que integra e dos objetivos e prioridades estabelecidas;
- A ENCNB 2025 dá mais destaque à conservação da natureza e biodiversidade terrestre do que à marinha, o que talvez se deva à lacuna de conhecimento que ainda prevalece sobre a extensão da área marinha que integra a Zona Económica Exclusiva Portuguesa. Esta situação evidencia, por um lado a perda de oportunidades de desenvolvimento económico, e por outro o desconhecimento sobre os valores naturais existentes e o estado de conservação e vulnerabilidade dos ecossistemas marinhos;
- Ao nível do desafio do conhecimento, considera-se que as empresas, que por via da sua atividade detêm informação relevante sobre os locais onde operam (habitats, recursos, etc.), nomeadamente proveniente de processos de licenciamento, de AIA e de estudos e sistemas de monitorização, constituem partes interessadas relevantes a integrar nas dinâmicas que vierem a ser criadas para diminuir a lacuna de conhecimento existente e disponível, promovendo-se o estabelecimento de relações *win-win*;
- Considera-se também positiva a referência às infraestruturas verdes como soluções alternativas às soluções de engenharia clássica. No entanto, não foram definidos objetivos para a sua promoção, nomeadamente junto das empresas, dos consultores, da comunidade académica, das ordens profissionais (por exemplo, Ordens dos Engenheiros, dos Biólogos, dos Arquitetos, dos TOC e dos ROC), e dos municípios, que



têm um papel relevante na implementação deste tipo de infraestruturas (contribuindo, também, para a boa execução do POSEUR);

- A ambição colocada na Estratégia para contribuir para o combate e adaptação às alterações climáticas fica aquém do necessário, tendo em consideração os impactos na biodiversidade e no património natural em geral;
- A ENCNB 2025 beneficiaria de uma maior concretização das ações. Na maioria dos casos é difícil avaliar como serão implementadas as medidas e em que prazos e metas;
- A subjetividade patente na ENCNB 2025 sobre o desenvolvimento dos referidos instrumentos inovadores para o financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade, é particularmente relevante para o setor do Turismo, uma vez que “*o património natural constitui aliás uma das propostas da estratégia para o Turismo 2027*”, onde nada efetivo é concretizado;
- Por fim, face ao carácter transversal da ENCNB 2025, considera-se relevante o reconhecimento da necessidade de “tornar efetivas as medidas traduzidas para as políticas de âmbito setorial”, no entanto, a constituição de um fórum intersectorial, de acordo com o previsto para a “Governança e Acompanhamento da Aplicação da Estratégia”, parece ser insuficiente, para a sua concretização efetiva.

3. Aspetos positivos mais relevantes

- A ENCNB 2025 apresenta-se bem estruturada em três eixos estratégicos, norteados por um conjunto de princípios e valores, com os quais o BCSD se revê (sustentabilidade; conhecimento; participação e partilha; responsabilidade);
- Congratula-se a importância dada à biodiversidade existente nas zonas urbanas que conjuntamente com as áreas protegidas podem travar os processos de perda de biodiversidade. A promoção das referidas “iniciativas de conservação da biodiversidade em contexto urbano” poderá abrir portas a novos negócios, como atividades de lazer, recreação e mesmo atividades ligadas ao ecoturismo, contribuindo não só para a atividade económica como também para o bom funcionamento dos serviços dos ecossistemas, com benefícios claros para as populações (por exemplo, a melhoria da qualidade do ar e o controlo de cheias);
- Seguindo as tendências internacionais, salienta-se e congratula-se a existência de um eixo estratégico que, de acordo com a sua designação, pretende “Promover o reconhecimento do Valor do Património Natural”, através da valoração dos serviços dos ecossistemas e da fiscalidade verde.

4. Propostas

4.1. Quadro de referência estratégico



No âmbito da União Europeia a ENCNB 2025 deve ter em consideração o novo Plano de Ação da UE para a Natureza, a População e a Economia (Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 27.04.2017), que após ter sido realizado um «balanço de qualidade» das diretivas «Aves» e «Habitats», tem como objetivo assegurar que estas dão cumprimento cabal aos objetivos de proteção da natureza, melhorando a qualidade de vida dos europeus e gerando benefícios económicos.

O novo [plano de ação](#) propõe 15 ações destinadas a promover a aplicação no terreno das regras da UE em matéria de natureza, de modo a realizar o seu pleno potencial para a natureza, a população e a economia.

4.2. Educação

É necessário colocar maior ambição no âmbito da Educação para a gestão do património natural. A Estratégia deve antecipar, desde já, as necessidades de postos de trabalho e de competências para assegurar a concretização dos trinta objetivos previstos nos seus três eixos estratégicos, tendo também em consideração as três apostas que moldam a atual Política de Ambiente em Portugal, especificamente, a descarbonização da economia, a economia circular e a valorização do território.

A par desta avaliação, além do que atualmente se faz em Portugal - a temática da Conservação da Natureza e da Biodiversidade é integrada nos programas e metas da área das ciências naturais dos ensinos básico e secundário -, a Estratégia deve prever também a adequação dos planos educativos nas escolas profissionais, nos institutos politécnicos e nas universidades (por exemplo, nos cursos de Gestão e Administração, Engenharias, Contabilidade e Finanças e Economia), de forma a promover a criação de competências, nomeadamente em gestão estratégica para desenvolvimento de modelos para um uso eficiente dos recursos, adaptação dos negócios às alterações climáticas, gestão de riscos, valoração e contabilidade dos serviços dos ecossistemas, integração do capital natural na contabilidade das organizações (Estado incluído), e desenvolvimento de instrumentos inovadores de financiamento da biodiversidade.

4.3. EIXO 1 – Melhorar o estado de conservação do património natural

4.3.1. Investigação e Inovação (I&I)

- Assegurar a articulação das prioridades de I&I com a Agenda Estratégica de Investigação e Inovação para as áreas Agroalimentar, florestas e biodiversidade, promovida pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a qual contou com a participação de um conjunto de peritos, e tem em conta as várias estratégias nacionais já existentes para o tema, nomeadamente: Estratégia do Ministério da Agricultura e do Mar para a investigação e inovação agroalimentar e florestal no período 2014-2020; Estratégia Nacional para as Florestas (com o horizonte 2030); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade; Estratégia para o Regadio Público 2014-2020; Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e ainda com a Estratégia Nacional para a Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (2014), no eixo temático 4, referente aos recursos naturais e ambiente. Existem ainda vários programas nacionais convergentes para o tema. A Agenda Estratégica de I&I Agroalimentar, Florestas e Biodiversidade será apresentada e discutida foi apresentada e discutida no Encontro Ciência 2017.



- **Investigação:** promover a identificação de práticas de gestão que contribuem para a manutenção e/ou aumento da biodiversidade e melhoria ou recuperação do funcionamento de ecossistemas, para diferentes tipos de usos e atividades, e avaliar, quantitativa e qualitativamente, os respectivos efeitos. Este tipo de informação apoiará as organizações na tomada de decisão sobre a realização de investimentos em conservação da natureza e biodiversidade.
- **Inovação:** promover o desenvolvimento de abordagens, metodologias e ferramentas de apoio à integração da biodiversidade na tomada de decisões empresariais e de outras organizações, adaptadas a setores de atividade económica específicos, que forneçam orientações sobre métricas ou indicadores simples para ajudar a avaliar impactos e dependências a vários níveis (por exemplo, unidade operacional, projeto, cadeia de fornecedores, empresa), que contribuam para promover o aumento da consciencialização e compreensão dos valores da biodiversidade, esclarecer o que deve ser feito para gerir, mitigar riscos e explorar oportunidades.

4.4. EIXO 2 – Promover o reconhecimento do valor do património natural

- **Dar valor aos serviços dos ecossistemas:** apesar de estar previsto o mapeamento dos serviços dos ecossistemas e a sua valoração, a estratégia não concretiza como se fará a sua operacionalização efetiva na economia.

Propõe-se a integração de um objetivo adicional que concretize o trabalho desenvolvido nos objetivos 2.1 e 2.2, como plano operacional, devidamente calendarizado e orçamentado.

- **Desenvolver instrumentos ao nível da fiscalidade verde:** a abordagem estrita a impostos de incidência municipal é insuficiente, por exemplo a utilização do IMI, quando grande parte das áreas classificadas não têm cadastro e são de muito reduzida dimensão, pelo que o resultado não terá o impacto pretendido. Propõe-se a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar que identifique e operacionalize a criação de um pacote de incentivos fiscais adequados a estes objetivos.

4.5. EIXO 3 – Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade

- No âmbito deste eixo sente-se falta do envolvimento do setor privado e dos cidadãos de um modo geral, essenciais no cumprimento dos objetivos do Eixo 3;
- **Agricultura:** é referido que “a atividade agrícola constitui um dos pilares fundamentais para a conservação da natureza”, contudo não existe qualquer componente estratégica adicional aos apoios da Política Agrícola Comum, nomeadamente incentivando a inovação ou a sensibilização para práticas de agricultura sustentável;
- **Turismo:** prever a operacionalização de um programa para a qualificação da Rede Nacional de Áreas Protegidas como uma rede de destinos turísticos sustentáveis.



- **Infraestruturas de Transporte e Comunicações:** o objetivo 3.10 relativo à sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações encontra-se incompleto na Matriz Estratégica, anexa à ENCNB 2025.
- **As empresas e a Biodiversidade:** iniciativas como a Business & Biodiversity só funcionarão se tiverem uma ação permanente dinâmica e muito operacional, comunicando, divulgando, sensibilizando e envolvendo verdadeiramente as empresas. Esta iniciativa, faz sentido, inclusive com uma abordagem de cadeia de valor, de forma a envolver também o tecido empresarial com maior representatividade em Portugal, as PME. Para isso, é necessário reestruturar toda a iniciativa, nomeadamente com novas atividades, um programa de ação, objetivos concretos, plano de comunicação e monitorização, alocando os recursos e o financiamento adequado.

4.6. Financiamento

- Salienta-se que a Estratégia prevê um horizonte temporal que decorrerá até 2025 (e uma Visão para 2050) e um conjunto de instrumentos financeiros disponíveis que apresentam como data limite 2020, ficando por definir o financiamento para os cinco anos remanescentes – questiona-se como será assegurada a estabilidade no financiamento;
- Em relação ao Fundo Ambiental, em particular, apenas é apresentada a dotação orçamental para 2017. Tratando-se de uma Estratégia Nacional, devia fazer-se o esforço de apresentar uma estimativa da dotação anual do Fundo Ambiental para o seu período de vigência, até 2025;
- Sobre o esforço direto em Conservação da Natureza e Biodiversidade, programado para 2017, proveniente do Fundo Ambiental, 4,76 M€, salienta-se o facto de este montante corresponder a apenas 3% da [dotação orçamental total do Fundo Ambiental para 2017 \(154 M€\)](#);
- Propõe-se um reforço significativo do peso do orçamento de Estado e da afetação do Fundo Ambiental no financiamento da Estratégia, de forma a garantir a sua estabilidade. Complementar este financiamento com o desenvolvimento e a operacionalização de instrumentos inovadores para o financiamento da biodiversidade, públicos e privados, particularmente o pagamento de serviços dos ecossistemas, créditos de biodiversidade (*biodiversity banks* ou *biodiversity offsets*) e bancos de habitats (*habitat banking*), mecanismos fiscais e instrumentos de mercado.

4.7. Governação e Acompanhamento da Aplicação da Estratégia

As empresas devem ser reconhecidas como efetivos parceiros fundamentais para a implementação dos instrumentos de política e dos objetivos da ENCNB 2025, e não apenas, pontualmente, como entidades intervenientes, como se verifica na Matriz Estratégica anexa.



5. Outras propostas

Propõe-se também que a ENCNB 2025 promova:

1. A replicação a nível nacional de projetos de biodiversidade desenvolvidos e implementados em contexto empresarial, que já estejam a decorrer e que demostrem resultados concretos;
2. A dinamização de iniciativas com vista a aproximar Universidades e Centros de Investigação das Empresas.



6. Contactos

Sofia Santos, Secretária Geral do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Email: sofia.santos@bcdsdpportugal.org

Telefone: 217 819 001

O [BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável](#) é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, que agrega e representa empresas que se comprometem ativamente com a sustentabilidade. Através da conceção de projetos interempresas que estimulam o desenvolvimento sustentável, o BCSD é um ator influente e inspirador de novos modelos de negócio, competitivos, inovadores, responsáveis, sustentáveis e inclusivos. Com mais de 85 membros, entre as maiores empresas nacionais e PME, o BCSD tem ampla representação setorial. O volume de vendas dos associados não financeiros do BCSD representa 38% do PIB nacional, valor que se traduz em mais de 65 mil milhões de euros de volume de negócios e um VAB entre 6 a 8% do PIB. As empresas do BCSD dão emprego direto a mais de 270.000 colaboradores.

Desde o início da sua atividade o BCSD tem desenvolvido diversas iniciativas no âmbito da sensibilização e capacitação das empresas para a importância da integração da Biodiversidade e dos Serviços dos Ecossistemas nas estratégias das empresas. Mais recentemente, salienta-se a parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, que com o apoio da Natural Capital Coalition, encontram-se a promover a aplicação do [Protocolo do Capital Natural](#) pelas empresas em Portugal.

Destaca-se também a parceria estabelecida entre o BCSD e o ICNF no âmbito da Iniciativa Business & Biodiversity, no âmbito da qual apoiou a adoção da prioridade conferida pela Presidência Portuguesa da UE a esta iniciativa, tendo colaborado na realização das ações promovidas pela Presidência durante o ano 2007. Posteriormente, o BCSD atuou como elo de ligação às empresas e no apoio ao estabelecimento de parcerias que materializaram parte da atividade da iniciativa em Portugal.

Visão do BCSD:

Em 2030 Portugal é um país Europeu de referência nas soluções empresariais que promovem uma economia de baixo carbono, que valorizem os serviços dos ecossistemas e que contribuam para o bem-estar das pessoas. O BCSD é um ator influente e inspirador de novos modelos económicos competitivos, inovadores e responsáveis, e pela sua representatividade e iniciativa motora, uma referência do desenvolvimento sustentável na Europa.

Missão do BCSD:

- Ser embaixador do desenvolvimento sustentável: agregar e representar todas as empresas que se comprometem ativamente, pela palavra e pela ação, com um desenvolvimento sustentável.



- Ser uma alavanca da economia verde: interpretar e fomentar a transição para uma economia de baixo carbono, que valorize os ecossistemas e geradora de bem-estar na sociedade.
- Ser pioneiro: inspirar e moldar novos modelos de negócio, competitivos, inovadores, responsáveis, sustentáveis e inclusivos.